**RESUMO EXPANDIDO EPCA 2024**

**TAMBOR DE MINA NO CIBERESPAÇO: UM ESTUDO SOBRE A RESISTÊNCIA AFRO-RELIGIOSA NA PLATAFORMA YOUTUBE.**

**(Arlindo FIGUEIREDO – UFPA)[[1]](#footnote-1)**

**RESUMO**

O Tambor de Mina, uma religião tradicional afro-amazônica, preserva sua cultura e doutrina ao longo das gerações, criando novos mecanismos de combate aos preconceitos que persiste até os dias atuais. Esta religião, no entanto, enfrenta modificações visíveis que desafiam uma de suas características mais marcantes: o segredo. Lindoso (2008) e Campelo & Luca (2008) relatam a história do Tambor de Mina permeada por violências físicas e psicológicas, resultantes de uma mentalidade colonial que submeteu os negros a tratamentos desumanos em suas relações sociais (Fanon, 2022, p. 31). Com o advento das mídias sociais, dedicamo-nos ao estudo da presença de praticantes do Tambor de Mina no ciberespaço, com foco na plataforma YouTube. Nosso objetivo é compreender como se dá a resistência contra o racismo religioso a partir do ciberespaço. Utilizamos a Netnografia, que propõe a observação participante (Kozinetz, 2014), permitindo-nos responder à seguinte questão: Como os praticantes de Tambor de Mina contribuem para a resistência contra o racismo religioso no YouTube? O Tambor de Mina apresenta um protagonismo cultural e autonomia no conhecimento tradicional pautado na ancestralidade e no bem viver coletivo e apresenta tudo isso na plataforma Youtube como forma de resistência contra a opressão colonial e o racismo religioso escancarado.

Parte superior do formulário

Parte inferior do formulário

**Palavras-chave:** Tambor de Mina. Ciberespaço. Resistência.

**1. INTRODUÇÃO**

O Tambor de Mina é uma religião de matriz africana que nasceu no estado do Maranhão com a chegada das pessoas escravizadas. É uma religião que cultua deuses africanos e encantados amazônicos (Ferretti, 2009). A pesquisa sobre a resistência afro-religiosa no YouTube é importante diante das mudanças e desafios da religião Tambor de Mina. A importância de entender como os praticantes atuam no ciberespaço é ressaltada pela preservação da cultura e da doutrina junto com novas formas de combater os preconceitos. A história caracterizada por violências do passado destacou a importância de examinar a resistência no meio digital, que se apresenta como um instrumento relevante para combater o racismo religioso.

Compreendemos que seja uma pesquisa de inovação para os estudos acerca do Tambor de Mina no Brasil, pois propõe um diálogo entre a tradição e a modernidade, contribuindo com novas perspectivas e olhares para a afro-religiosidade amazônica a partir de sua inserção no ciberespaço. Em se tratando de Amazônia, o recorte de nossa pesquisa é o estado do Pará e do Maranhão, os dois estados com maior número de praticantes desta religião (Ferretti, 2000, p. 13).

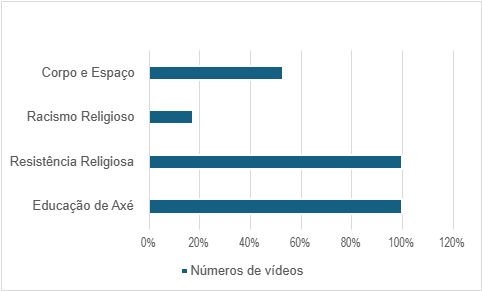
Esta pesquisa buscou responder à seguinte questão: Como os praticantes de Tambor de Mina contribuem para a resistência contra o racismo religioso no YouTube? Para resolver a problemática, escolhemos como procedimento metodológico a observação do YouTube combinado com aspectos de inspiração da netnografia de Robert Kozinets (2014, p. 63), cujo principal meio de coleta de dados é a observação participante, onde o pesquisador, no intuito de observar os fenômenos, “compartilha a vivência com os sujeitos pesquisados, participando de forma sistemática e permanente ao longo do tempo da pesquisa, das atividades” (Severino, 2016, p. 126).

A reação preconceituosa da comunidade online não apenas perpetua o racismo, mas também reforça a exclusão e a marginalização dos afro-religiosos. No entanto, como Fanon (2022) e Santos (2023) sugerem, a resistência é possível e necessária. Ao continuar a postar e compartilhar seus símbolos e práticas religiosas, os afro-religiosos estão afirmando sua identidade e resistindo à marginalização. Essa resistência é um ato de descolonização, desafiando as narrativas dominantes e reivindicando o valor e a legitimidade de seus conhecimentos e práticas.

**2. ANÁLISE E COMENTÁRIO DO CONTEÚDO**

Esta pesquisa encontra-se em andamento, mas dentre os resultados encontrados pode se observar que atualmente, os adeptos do tambor de mina enfrentam os mesmos conflitos religiosos que enfrentaram no passado, mesmo podendo se expressar com total liberdade na era tecnológica, e a principal dificuldade enfrentada é o o racismo religioso. No Tambor de Mina, o segredo é preservado, em sua maioria, pelos praticantes mais antigos, sendo expostos pelos adeptos mais jovens, configurando-se um novo período da história desta religião em que os segredos ritualísticos vão se apresentando para a sociedade mediante as relações estabelecidas pela cultura tecnológica e sociais produzidas no ciberespaço. Porém a apresentação de conteúdos na plataforma youtube sugere que além de quebrar paradigmas, cria relações sociais que contribuem para a resistência contra o racismo religioso.

Nossos estudos revelaram que 23 canais apresentaram um grande número de conteúdos audiovisuais, o que resultou na obtenção de 34 publicações. Foram utilizados quatro termos para a coleta de dados: "Tambor de Mina", "Tambor de Mina no Pará", "Tambor de Mina no Maranhão" e "ritual de Tambor de Mina". A seleção dos vídeos se baseia na religião Tambor de Mina em seus vários aspectos, deixando de lado vídeos sobre candomblé, umbanda e outras religiões afro-brasileiras, embora tenham semelhanças.

**Gráfico 01**- Temáticas observadas ao longo da pesquisa.

Fonte:Banco de dados pessoais coletados na Plataforma Youtube.

Levando em conta que os 34 vídeos encontrados não tinham a intenção de analisar o racismo religioso, mas sim compreender as estratégias de resistência impostas pelos mineiros no YouTube, os resultados deste estudo revelam uma situação alarmante do racismo religioso nas redes digitais. Em 17,65% dos vídeos desenvolvidos com manifestações de racismo religioso, observa-se que esse problema reflete as tensões sociais offline e se perpetua e se agrava no ambiente online.

A ideia de um “mundo compartimentado” ressoa na observação de que o afro-religioso tem um espaço restrito do qual não pode sair (Fanon, 2022, p.33). Reescreva o texto usando a mesma linguagem e mantendo o mesmo número de palavras:  
33). Esse termo descreve como as sociedades coloniais e pós-coloniais excluem e isolam certos grupos, restringindo-os a espaços físicos, sociais e simbólicos restritos. Dentro do contexto do racismo religioso, essa divisão é evidenciada pela discriminação e exclusão de práticas religiosas afro-brasileiras.

A presença marcante de racismo religioso nos vídeos examinados destaca a importância de debater e monitorar essa questão, tanto em ambientes físicos como digitais. É fundamental que se explore esse assunto de maneira transparente e analítica, a fim de compreender as origens desse preconceito e desenvolver estratégias para combatê-lo. A presença de racismo religioso em 17,65% dos vídeos desenvolvidos sugere que há segregação racial e religiosa nas plataformas digitais. Isso não só evidencia as disparidades e preconceitos presentes na sociedade, mas também ressalta a importância de políticas e ações que incentivam a inclusão e o respeito pela diversidade religiosa. Fanon (2022) explora a desumanização dos povos colonizados e o impacto psicológico e social dessa opressão. A discriminação religiosa contra seguidores do Tambor de Mina é uma forma de desumanização, negando seu direito à expressão religiosa e levando-os à condição de animal irracional, o que é considerado uma violência simbólica e psicológica.

Segundo Santos (2023), a contracolonização enfatiza e reforça as culturas e epistemologias recuperadas durante a época colonial. É necessário lutar contra a exclusão cultural e a imposição de conhecimentos eurocêntricos ao valorizar as crenças e os rituais das religiões afrodescendentes. A criação de conteúdo em vídeo é uma maneira de reafirmar identidades culturais que foram reprimidas ou distorcidas pelas histórias coloniais. Os vídeos nas imagens acima, embora não sejam de praticantes do Tambor de Mina, exaltam as tradições e rituais dessa religião, oferecendo uma visão autêntica dessa prática religiosa. Essa abordagem é contrastante com a forma geralmente negativa e estereotipada como é retratada na mídia predominantemente. Os vídeos desenvolvidos adotam a ideia de contracolonização de Santos (2023), ao proteger e promover a cultura afro-brasileira e confrontar narrativas coloniais e eurocêntricas que reprimem essas tradições. Enfatizando a relevância do entendimento e das práticas das religiões afro, esses vídeos apresentados para a construção de uma sociedade que aprecia a diversidade cultural e estimula o respeito, tornando-se mais inclusivo e receptivo.

Fanon (2022), Bispo dos Santos (2023) e Mignolo (2008) destacam a importância de promover a descolonização do pensamento e do conhecimento, favorecendo a valorização das culturas e saberes excluídos. Ao postar conteúdo no YouTube, um adepto do Tambor de Mina está estabelecendo formas de preservação da cultura. Quando levadas para fora do terreiro, a música, o canto, a dança e a mitopoética se tornam uma forma de resistência que também pode manter e celebrar as tradições e identidades dos povos afrodescendentes e colonizados.

Todos os vídeos treinados são vistos como formas de oposição a um sistema racista. A resistência implica em desfazer pensamentos e pensamentos construídos de maneira negativa pelo pensamento colonizador. Essa resistência é evidente na maneira como os vídeos no YouTube abordam e questionam narrativas negativas, ao mesmo tempo que desmistificam a prática do Tambor de Mina. Ao divulgar informações conhecidas, os autores dos materiais estudados neste estudo combatem a ignorância e os preconceitos, possibilitando uma compreensão mais aprofundada dessa tradição religiosa. Dessa forma, os conteúdos relacionados ao Tambor de Mina estabelecem uma comunidade online que proporciona um ambiente de interação, compartilhamento de vivências e apoio mútuo, estabelecendo uma teia de apoio contra a exclusão e a intolerância.

Fanon (2022) discute como a colonização desumaniza os colonizados, impondo uma cultura e um sistema de valores que os aliena de suas próprias tradições e conhecimentos. Os praticantes do Tambor de Mina enfrentam essa desumanização quando suas práticas religiosas são vistas como inferiores ou supersticiosas, perpetuando a alienação cultural e espiritual. No ciberespaço, podemos observar uma forma de “colonialismo digital”, onde grandes corporações tecnológicas exercem um controle significativo sobre a informação e a cultura digital. Esse controle pode perpetuar desigualdades e marginalizar vozes de comunidades oprimidas, similar ao colonialismo tradicional (Faustino & Lippold, 2022).

O colonialismo digital é uma característica do atual estágio do capitalismo. Este fenômeno se manifesta através da utilização de tecnologias digitais para exercer dominação política, econômica e social sobre outras nações ou territórios. Diferentemente do colonialismo clássico, que se fundamentava na ocupação física de terras estrangeiras e na construção de infraestruturas militares, de transporte, comunicação e administrativas, o colonialismo digital se apropria e expropria recursos de maneira virtual. Ele controla territórios e infraestruturas digitais, extrai trabalho, conhecimento e mercadorias de forma não física, e utiliza o poder estatal para facilitar a exploração e pilhagem de dados e informações de um determinado território (Faustino & Lippold, 2022, p. 58).

**3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Tambor de Mina enfrenta hostilidade na internet, enquanto segmentos das religiões pentecostais muitas vezes rotulam essas tradições como cultos ligados ao “demônio”. Esse processo de demonização mantém estereótipos específicos e colabora para a marginalização desses grupos religiosos. Apesar da garantia da liberdade religiosa como direito fundamental pela Constituição Federal de 1988 no artigo 5º, inciso VI, a situação é outra. A violência e a discriminação religiosa continuam a existir. Líderes de religiões de origem africana encontram obstáculos para praticar seus rituais e promover sua cultura e conhecimento, mesmo com respaldo legal.

Neste estudo foi possível notar que o preconceito religioso apresenta diversas formas que devemos identificar para saber quando uma ação é discriminatória. Todos os dias dos praticantes do Tambor de Mina são alvo de várias formas de racismo religioso, que incluem desde ataques a locais de culto até agressões físicas e verbais. A discriminação institucional acontece quando direitos são recusados, como por exemplo, a realização de rituais em locais públicos (praças, praias, ruas, etc.). O preconceito social se manifesta através do estigma e da marginalização dos praticantes em diversos ambientes, incluindo escolas e locais de trabalho. As repercussões do racismo religioso são importantes e incluem consequências psicológicas, tais como traumas e tensão, que podem levar a problemas de saúde mental. Impacto Cultural: Diminuição de costumes e tradições tradicionais, com os jovens se afastando de suas raízes por medo de sofrer discriminação. Consequências sociais: Separação entre os grupos religiosos e aumento da exclusão social.

A discriminação religiosa no ambiente virtual é uma maneira intrincada e prejudicial de racismo que tem um grande impacto nas comunidades afro-religiosas. Entender suas origens históricas e suas expressões atuais é fundamental para criar medidas eficazes de enfrentamento e para encorajar uma sociedade mais equitativa e abrangente. A cultura de resistência e a tecnologia educacional são recursos importantes nessa batalha, contribuindo.

Mesmo enfrentando obstáculos, o Tambor de Mina e outras religiões africanas mantiveram suas tradições na Amazônia, alcançando avanços importantes. Em 2007, o Tambor de Mina foi reconhecido como patrimônio cultural imaterial do Brasil. Em 2025, a Escola de Samba Acadêmicos da Grande Rio faz uma homenagem à tradição do Tambor de Mina com o enredo "Pororocas Parauaras: As Águas dos Meus Encantos nas Contas dos Curimbós". Sacerdotes e sacerdotisas seguem liderando rituais cheios de simbolismo, danças e música. A batalha contra a intolerância religiosa continua, mas a fé e a tradição mantêm viva esta manifestação única.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CAMPELO, Marilu Márcia; DE LUCA, Taissa Tavernard. As duas africanidades estabelecidas no Pará The two kinds of “africanities” in Pará–Brazil. 2008. Disponível em < chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://unicamp.br/~aulas/Conjunto%20II/4\_13.pdf> Acesso em 20/08/204.

FANON. Frantz. Os condenados da terra. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar. 2022.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana**. Boitempo Editorial, 2023.

FERRETTI, M. Desceu na Guma: O caboclo no Tambor de Mina. Originais da 2ª ed. (1996). Pub. EDUFMA, São Luís, 2000.

FERRETTI, S. F. Querebentã de Zomadonu: Etnografia da Casa das Minas. São Paulo: Pallas, 2009.

KOZINETS, Robert V. Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online. São Paulo: Penso Editora, 2014.

LINDOSO, Gerson. **Revisitando o passado e apontando para o presente: alguns olhares sobre a relação entre mídia e religiões afro-brasileiras.** In: X Congresso de Comunicação da Região Norte-Nordeste, 2008, São Luís-MA. Anais Intercom Nordeste 2008: mídia, ecologia e sociedade, 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/R12-0636-1.pdf>. Acesso em 29/08/2024.

MIGNOLO. Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. In Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade. no 34, p. 287-324, 2008.

SANTOS, Antônio Bispo dos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu. Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24ª Edição. São Paulo: Editora Cortez, 2016.

1. ## Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom-UFPA), pesquisa Religião e Ciberespaço na Linha de Pesquisa Comunicação, Cultura e Socialidades na Amazônia. e-mail: ajuniordeode@yahoo.com.br.

   [↑](#footnote-ref-1)